

36º Encontro Anual da Anpoc
GT 2 – Comportamento Político

GRUPOS SOCIAIS E PREFERÊNCIA POLÍTICA: AS IGREJAS EVANGÉLICAS E A DEFINIÇÃO DO VOTO

Guilherme Alberto Rodrigues

Belo Horizonte, junho de 2012

INTRODUÇÃO

Os estudos brasileiros sobre o voto evangélico têm produzido diversas evidências a respeito do papel da religião na conformação das escolhas políticas. É consenso entre eles que algumas igrejas atuam estrategicamente na cooptação política de seus fiéis por meio de ações institucionais, tendo os pastores e outras lideranças religiosas como atores centrais nesse processo (CARNEIRO 1998; BAPTISTA 2009; MACHADO, 2006; ORO, 2003). Outros estudos enfatizam que o grande envolvimento individual nas atividades das congregações é o fator determinante da influência política (NOVAES, 2002; BOHN, 2004; BAPTISTA, 2008; CARNEIRO, 1998). Existem ainda alguns que chamam atenção para o fato de certos atributos individuais intervirem na capacidade das organizações religiosas definirem as suas escolhas eleitorais (BOHN, 2004; PIERUCCI, 1996). Percebe-se, assim, que variáveis de natureza diversa têm sido mobilizadas com o intuito de explicar a associação entre pertencimento religioso e preferência eleitoral, sendo ressaltados tanto características das denominações quanto atributos de seus membros.

Um panorama geral sobre esses estudos permite afirmar que certos fatores “causam” o voto evangélico. Todavia, conforme destacado por Rodrigues (2010), esses estudos falham ao não explorar devidamente a relação entre filiação religiosa protestante e escolha eleitoral. O problema reside basicamente no fato deles não identificarem os mecanismos responsáveis pela associação entre voto e religião, pouco ou nada dizendo a respeito das condições mais favoráveis para que os grupos religiosos sejam determinantes nesse processo. A avaliação que se faz é que essa literatura carece de orientações teóricas adequadas que permitam generalizações, inferências ou construções de modelos analíticos que sejam capazes de apontar os mecanismos que traduzam o pertencimento religioso em voto. Pouca atenção é dada a essas questões centrais.

Apesar dessas limitações, os estudos brasileiros contribuem de forma decisiva com descrições e análises exploratórias que servem como referências para investigações mais aprofundadas. Nesse texto, pretende-se desenvolver um modelo de análise do voto evangélico que parta dessas contribuições, mas que busque contornar ao menos parcialmente as restrições existentes nesse campo. A pergunta que guia este artigo pode ser colocada da seguinte forma: *por que certos grupos religiosos “causam” voto e outros não?*

A análise contextual da política e os estudos de grupos em geral fornecem as principais orientações que embasam a argumentação desenvolvida. Grande parte dos esforços empregados nesse texto se destina a um melhor enquadramento analítico das principais teses do voto evangélico no Brasil, aproximando essa literatura brasileira do enquadramento fornecido pela abordagem sociológica do voto.

Além de investigar o papel dos grupos evangélicos nesse processo, será problematizado também se esses efeitos variam conforme características dos eleitores. Com isso, pretende-se observar se atributos dos próprios indivíduos delimitam a capacidade dos grupos religiosos estruturarem suas preferências eleitorais. De certa forma, estudos sociológicos em geral tendem a ignorar as variações de comportamento que podem ser observados entre os diferentes estratos do eleitorado. Com a introdução de atributos individuais no modelo de análise, espera-se trazer novos elementos para esse debate. Deriva-se daí uma segunda pergunta: *o sucesso político de certas igrejas é resultado dos efeitos contextuais ou, diferentemente, é devido a certos atributos individuais dos eleitores evangélicos?*

Este texto está dividido em três partes mais a conclusão. A primeira delas trata de algumas das questões metodológicas concernentes ao estudo que é proposto, apresentando de forma sucinta o banco de dados que é utilizado, a variável dependente e as limitações de análise existentes nesse estudo. Em seguida, na segunda e mais extensa seção do artigo, serão retomados os principais pontos destacados pela literatura brasileira à luz da abordagem sociológica do voto. Por fim, na terceira parte, cada uma das hipóteses teoricamente sustentadas será submetida a testes estatísticos.

3.1. PREÂMBULOS METODOLÓGICOS

3.1.1. A referência empírica

Antes de tudo, cabe mencionar que os dados analisados são da pesquisa *Novo Nascimento*, que foi planejada e conduzida pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER). O universo pesquisado são os evangélicos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), sendo incluídas na amostra as cidades de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Niterói, São Gonçalo e a capital Rio de Janeiro¹. A coleta de dados foi realizada entre os meses de setembro e novembro de 1994, em um período que abrange as eleições nacionais realizadas no início de outubro.

A amostra adotada nessa pesquisa foi definida com um tamanho de 1500 casos, sendo aplicados 1332 questionários. Seu desenho garante representatividade para toda a população evangélica das oito cidades da RMRJ consideradas, com uma estimativa de casos para cada um dos municípios. Esses dois fatores (extensão da amostra e a representatividade para os evangélicos) permitem que os dados sejam utilizados tanto para o nível do indivíduo quanto para o nível agregado².

¹ Por economia de recursos, foram excluídas da amostra as seguintes cidades: Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Paracambi e Queimados.

² Para maiores esclarecimentos, conferir as notas metodológicas dessa pesquisa no livro *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política* (FERNANDES *et alli*. 1998)

A escolha dessa pesquisa como a base empírica foi definida tendo em vista as possibilidades oferecidas pelo conjunto de dados existentes. Importantes questões sobre a religiosidade e sobre o comportamento político dos evangélicos foram abordadas no Novo Nascimento. Desde o período de sua realização, há 16 anos, não foram feitas outras pesquisas com a mesma extensão e objetivos, que contassem com informações sobre a religiosidade e o comportamento político de grupos religiosos. Mais adiante, quando forem expostas as hipóteses e os fatores explicativos a serem utilizados, as variáveis mobilizadas para a construção do modelo que se propõe nessa dissertação serão destacadas, sendo mostrados os itens que as compõem e a forma como elas foram trabalhadas.

3.1.2. Igreja como contexto social

Um dos principais problemas dos estudos mais recentes da abordagem sociológica do voto é o uso não padronizado do conceito de “contexto social”. Em muitos casos, têm sido consideradas unidades de agregação muito diversificadas quanto à amplitude. Isso seria resultado de uma apropriação inadequada do termo, refletindo de forma direta na imprecisão das medidas que geralmente são adotadas para se mensurar seus efeitos.

Neste texto, posiciona-se a favor de uma definição mais restrita, tal como formulada por Eulau (1963; 1986). *Contexto*, assim, deve se limitar à composição social de um ambiente onde são mantidas interações frequentes entre indivíduos que compartilham características e motivações em comum. Portanto, a religião, como contexto, deve estar restrita às interações que se dão no âmbito das igrejas, onde atividades regulares são realizadas e os limites da influência social se tornam mais evidentes. Nesses termos, para fins de análise, cada uma das comunidades religiosas locais compõe um contexto social particular, onde se estabelece uma rede de comunicações e circula um fluxo de informações políticas.

Do ponto de vista da viabilidade metodológica, a adoção de medidas de contextos sociais é sempre limitada pelo desenho da pesquisa. Para que a medida adotada seja precisa, os dados devem ser representativos para cada um dos contextos investigados. Por esse motivo, são raros os estudos eleitorais que contenham informações válidas para esse nível de agregação³. Diante dessa restrição, muitos autores optam por reunir em uma mesma categoria casos que compartilhem características comuns (HUCKFELDT & SPRAGUE, 1995; CARNEIRO, 1998). Foi o que fizeram, por exemplo, Huckfeldt, Plutzer e Sprague (1993) ao trabalharem com o contexto “religião” utilizando apenas os seus rótulos como referências. Evidentemente, nessas condições são ignoradas as fronteiras imediatas do grupo, perdendo em precisão ao estender sua amplitude ao nível mais próximo possível.

³ O clássico estudo de Wald *et alli.* (1988) é um bom exemplo de desenho de pesquisa que utilizou as fronteiras do contexto como unidade de agregação.

O banco de dados Novo Nascimento apresenta limitações similares. Sua amostra não foi definida tendo como referência cada uma das comunidades evangélicas locais existentes nos municípios contemplados, mas apenas a população evangélica em geral, com iguais chances de todos os protestantes maiores de 16 serem selecionados. Diante disso, optou-se pela associação de casos conforme a classificação proposta por Carneiro (1998). Duas razões principais justificam a escolha pela tipologia desse autor: primeiro, porque Carneiro utilizou o mesmo banco de dados que é a referência empírica dessa dissertação; segundo, porque sua classificação é baseada nos aspectos organizacionais das igrejas, que é uma das dimensões contextuais que definem os padrões de interações entre os indivíduos e, conseqüentemente, a capacidade de influência dos grupos religiosos⁴.

Na tabela abaixo são apresentados os seis tipos propostos por Carneiro e suas respectivas frequências no banco de dados⁵.

Tabela 01 – Grupos religiosos no Novo Nascimento

Classificação	Freq.	%
<i>Assembléia de Deus</i>	424	32,54
<i>Batista</i>	249	19,11
<i>Universal do Reino de Deus</i>	223	17,11
<i>Históricas</i>	112	8,6
<i>Renovadas</i>	95	7,29
<i>Outras Pentecostais</i>	200	15,35
	1303	100

3.1.3.A variável dependente

O banco de dados da pesquisa *Novo Nascimento* tem informações sobre as preferências do eleitor para todos os cargos em disputa nas eleições nacionais de 1994. Uma questão, em especial, buscou identificar a motivação do voto para deputado federal:

“Para deputado federal e estadual o Sr.(a) pretende votar...”

a - Votar em um candidato que seja evangélico

b - Votar em um candidato que tenha boas idéias políticas

c - Votar em um candidato que traga melhorias para minha vida.

Apesar dessa informação não corresponder à decisão eleitoral propriamente dita, ela permite uma aproximação com o voto evangélico na medida em que identifica se o eleitor se encontra

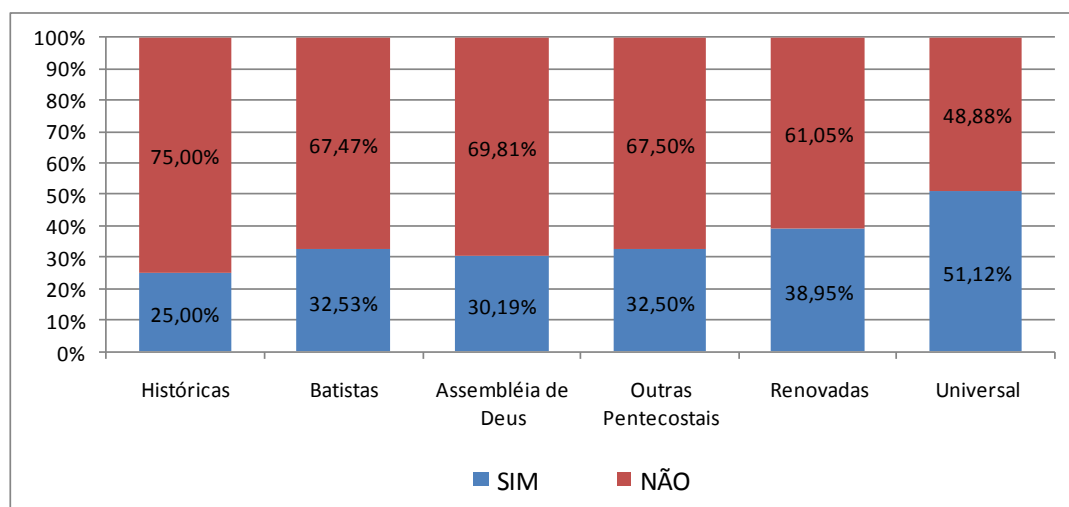
⁴ Outras informações sobre a tipologia de Carneiro estão em Fernandes *et alli.* (1998). Nessa dissertação, no capítulo 2, foram apresentados os fundamentos dessa classificação.

⁵ Foram omitidos 29 casos correspondentes aos membros da Congregação Cristã do Brasil, Deus é Amor e Adventistas do Sétimo Dia, que são as organizações religiosas que proíbem publicamente qualquer tipo de vínculo de seus fiéis com a política-eleitoral. Como se trata de uma exceção no interior do pentecostalismo, julgou-se como adequado retirar esses casos da análise. Por esse motivo, tem-se apenas 1303 casos válidos.

motivado a votar em um candidato que também seja evangélico. Na ausência de uma opção melhor, não restou alternativa senão a de lançar mão dessa questão referida acima como o item que compõem a variável dependente “Voto Evangélico”.

Essa variável foi recodificada, tornando-se binarizada, tal como segue: *Votar em um candidato que seja evangélico* (SIM = 1; NÃO = 0). O gráfico a seguir permite verificar o seu comportamento entre os seis grupos religiosos considerados. Por meio dele, pode-se perceber que existem variações entre as denominações, com um maior número de evangélicos (51,12%) da *Igreja Universal do Reino* definindo a sua escolha eleitoral a partir da sua filiação religiosa. Por contraste, os fiéis das igrejas *Históricas* são aqueles que menos manifestaram o desejo de votar em candidatos em razão de sua orientação religiosa evangélica. Há, portanto, comportamentos diferenciados entre os seis grupos considerados. São essas variações que precisam ser mais bem explicadas. A próxima sessão se ocupará de construir as hipóteses e as variáveis explicativas. Em seguida, na seção 3.3, será apresentado o modelo de análise do voto evangélico e realizados os testes estatísticos.

Gráfico 01 – Variável dependente: *pretende votar em candidato evangélico*



3.2. GRUPOS EVANGÉLICOS E VOTO: QUAL A AFINIDADE?

Nesta seção, pretende-se estabelecer uma conexão entre os estudos brasileiros sobre o tema e a abordagem sociológica do voto. O objetivo será o de identificar os mecanismos que levam ao desenvolvimento de padrões de comportamento político entre os membros das igrejas evangélicas. Quatro diferentes dimensões serão trabalhadas ao longo do texto, onde serão elaboradas as variáveis explicativas do estudo proposto. A partir das considerações teóricas, serão construídas hipóteses com intuito de contribuir para o debate sobre as “causas” do voto evangélico. E na sessão seguinte, cada uma dessas hipóteses será testada em modelos estatísticos multivariados, através dos quais será possível avaliar quais os fatores preponderantes na definição do voto evangélico.

3.2.1. *Compromisso religioso*

Apesar das profundas diferenças entre as denominações evangélicas brasileiras, elas se homogeneizam quanto à exigência de uma forte dedicação ao grupo. Possivelmente, não existem no país outras religiões que reúnam com tamanha frequência os mesmos indivíduos para a prática de suas atividades. Esse seria um dos traços distintivos e mais importantes do protestantismo praticado no Brasil (BOHN 2004; NOVAES 2002; FERNANDES *et alli.* 1998).

Essa assiduidade à igreja tem implicações importantes, pois aumenta significativamente a exposição dos indivíduos aos grupos religiosos e fortalece os seus vínculos internos. Por esse motivo, diversos estudos sobre o voto evangélico têm associado a capacidade da religião orientar a escolha eleitoral de seus membros à intensidade com eles se integram às suas comunidades religiosas. Mesmo que o sucesso de projetos políticos também dependa de diversos outros fatores, o simples fato desses grupos manterem redes sociais com interação frequente assegura a eles diversas oportunidades de influência (BAPTISTA, 2008; BOHN, 2004; NOVAES, 2002; CARNEIRO, 1998).

Essas conclusões mais gerais também podem ser sustentadas pela teoria da análise contextual e teorias de grupo em geral. De certa forma, há certo consenso quanto a esse ponto: para as variadas abordagens sociológicas do voto, grupos que contam com elevada assiduidade de seus membros são mais efetivos na transmissão de informações políticas, dispondo de maiores possibilidades de comunicação e conformação de atitudes (BERELSON *et alli.*, 1966; KATZ & LAZARFELD, 1965; FINIFTER, 1974; HUCKFELDT & SPRAGUE 1995).

Diversos fatores são apontados como causa nesse processo. Para Mutz (2006) e Finifter (1974), a regularidade das interações aumenta as possibilidades de influência, tornando mais decisivos para a escolha eleitoral aqueles grupos onde os indivíduos estão imersos de forma mais acentuada, submetendo-os a maior pressão por conformidade. Katz e Lazarsfeld (1964), por sua vez, destacam que grupos com alta assiduidade de seus membros são mais efetivos na promoção dos “benefícios da conformidade”. Os autores pressupõem que indivíduos tendem a compartilhar opiniões e atitudes por conta dos ganhos instrumentais envolvidos, sendo levados a buscar certa harmonia com o grupo com o qual deseja manter interação com mais regularidade, evitando assim dissonâncias ou coações. Para Huckfeldt e Sprague (1995) e Ahn *et alli.* (2009), diferentemente, informações existentes em contextos onde o indivíduo mantém interação constante tendem a apresentar custos reduzidos, tornando-se mais atrativas ao olhar de um eleitor que busca maximizar sua utilidade no processo de tomada de decisão. Seja como for, para todos esses autores, a capacidade de influência do contexto social estaria positivamente associada ao aumento da acessibilidade do indivíduo ao grupo. Portanto, para o caso em estudo, quanto maior a imersão nos grupos religiosos, maior o compromisso do indivíduo com a igreja e maior se torna a probabilidade

do fluxo de informações políticas desse contexto ser relevante na construção de suas preferências eleitorais.

Em virtude dessas considerações, é possível averiguar a intensidade dos efeitos contextuais por meio da mensuração do compromisso do eleitor evangélico com o seu grupo religioso, o que estaria diretamente relacionado com a frequência com quem vai à igreja. Foi o que fez, de certa forma, Bohn (2004) no seu estudo sobre os determinantes do comportamento eleitoral de algumas denominações protestantes brasileiras. Apesar de apenas apontar tendências gerais, não realizando testes que comprovassem suas hipóteses, a autora contribuiu de forma decisiva ao classificar os diferentes grupos evangélicos conforme a variação da assiduidade de seus fiéis aos cultos, relacionando o nível de religiosidade observado com a capacidade das igrejas determinarem suas preferências eleitorais. Os resultados demonstraram que todas as denominações contam com uma forte presença de seus membros, principalmente se comparadas com outras religiões⁶. Entre os diferentes grupos evangélicos, existiriam algumas diferenças: o universo protestante é dividido entre igrejas pentecostais e não pentecostais, sendo as primeiras aquelas que apresentam nível médio superior de compromisso religioso e, conseqüentemente, contam com maior capacidade de transmissão de informações políticas e conformação das preferências eleitorais de seus membros.

Essa parece ser uma importante dimensão do voto evangélico, de onde se pode assumir a seguinte hipótese:

Hipótese 1: *Quanto maior o compromisso religioso dos eleitores evangélicos, maior a probabilidade deles votarem conforme as orientações de suas igrejas.*

As variações quanto à imersão dos evangélicos em seus respectivos grupos religiosos podem ser observadas por meio da combinação de um conjunto de dados do banco Novo Nascimento⁷. O indicador de *Compromisso Religioso* (indicador 1), que segue, foi elaborado com essa finalidade. Por compromisso religioso entende-se não a intensidade das crenças dos fiéis ou o quanto eles se conformam aos valores de seu grupo, mas apenas a frequência com que vão às igrejas para fins estritamente religiosos. Três atividades foram consideradas na elaboração desse indicador: cultos dominicais, cultos de cura ou libertação, e reuniões de oração, que são as três mais

⁶ “[...] os evangélicos têm um alto grau de exposição às autoridades religiosas. Cerca de 82.6% deles vão ao culto uma ou mais vezes por semana. Os adeptos das religiões afro-brasileiras e do kardecismo são os que mais se aproximam do perfil evangélico: 50.0% e 49.2% deles, respectivamente, têm um alto grau de exposição às autoridades religiosas. Entre os católicos, esse número corresponde a apenas 35.7%. Cerca de 41.6% dos católicos não vão ou raramente vão a missas. Já entre os evangélicos, essa porcentagem decresce para somente 9.9%” (Bohn 2004, p.304).

⁷ Com os mesmos objetivos, os dados do Novo Nascimento foram trabalhados por Carneiro (1998), em seu estudo sobre o associativismo dos evangélicos na Grande Rio.

importantes atividades de natureza religiosa presentes nas denominações evangélicas brasileiras, conforme destacado no capítulo anterior (cf. também FERNANDES *et.ali.* 1998).

A pontuação obtida por cada indivíduo na composição do indicador foi estimada através da razão de chance dessas três atividades consideradas, tomando como referência para a base do cálculo aquela que se mostrou mais recorrente⁸. A utilização desse recurso tornou possível conferir a cada uma das práticas observadas pesos diferentes no construto, criando uma escala com mais pontos e maior variabilidade no atributo mensurado. Isso tem a vantagem de produzir *scores* que captam as chances de determinado evento ocorrer, permitindo dimensionar seus valores relativos, sobrevalorizando os eventos mais raros. O mesmo procedimento foi adotado nos outros indicadores elaborados neste estudo.

A tabela 2 descreve as atividades que compõem o *indicador 1* e as suas respectivas frequências para toda a população considerada. Na última coluna da tabela é apresentada a pontuação atribuída a cada item. A tabela 3, na sequência, apresenta a pontuação média do indicador categorizada por denominação evangélica, tornando possível observar as diferenças entre os grupos religiosos quanto à assiduidade média de seus membros nos cultos e reuniões de oração. Individualmente, os valores da pontuação variam no intervalo que vai de 0 (nenhuma participação) a 4,8 (valor máximo observado), com uma média de 3,02 pontos.

Tabela 02 – Descrição das atividades religiosas

<i>Culto dominical</i>	Frequência	Pontos
Na última semana	62,00%	1,3
No último mês	81,00%	1
<i>Culto de cura ou libertação</i>		
Na última semana	38,00%	2,1
No último mês	53,00%	1,52
<i>Reunião de oração</i>		
Na última semana	59,00%	1,4
No último mês	75,00%	1,07

Tabela 03 - Indicador 1 – Compromisso Religioso (pont. média por denominação)

Denominação	Indicador	
	Média	DP
<i>Todas</i>	3,02	1,47
<i>Assembléia de Deus</i>	3,04	1,50
<i>Batista</i>	2,38	1,22

⁸ Como a prática mais comum dentre as três observadas foi a participação em cultos dominicais no mês (com 81% dos casos), essa atividade recebeu pontuação igual a 1,00 (que corresponde à divisão do valor observado por aquele da prática mais comum: $0,81/0,81=1,00$). Essa é, portanto, a atividade de referência para o cálculo dos demais valores de razão de chance do indicador.

<i>Universal do Reino de Deus</i>	3,65	1,35
<i>Históricas</i>	2,46	1,41
<i>Renovadas</i>	3,37	1,34
<i>Outras Pentecostais</i>	3,28	1,48
F	25,46	
sig.	(0,000)	

Os resultados demonstram existir diferenças estatisticamente significativas entre os grupos observados. O compromisso religioso dos evangélicos se mostra superior entre os fiéis das igrejas *Renovadas* (3,37) e *Universal do Reino de Deus* (3,65), que apresentam valores médios maiores que aquele obtido para a média de todas as denominações (3,02). Nessas igrejas haveria uma maior exposição de seus membros ao grupo e, conseqüentemente, ao fluxo de informações políticas que possa existir, elevando as possibilidades de influência social. As igrejas *Históricas* (2,46) e *Batistas* (2,38), ao contrário, apresentam médias inferiores. São, assim, os grupos religiosos com a menor demanda por dedicação religiosa. Resta, agora, mensurar o impacto dessa dimensão sobre as preferências eleitorais dos evangélicos. Mais adiante, nos testes estatísticos que serão realizados com esse propósito, o indicador de compromisso religioso será uma das variáveis explicativas do modelo. Nessa ocasião, diferentemente do que consta acima, essa variável será trabalhada no nível individual.

3.2.2. *Modelo de organização eclesial*

As denominações evangélicas brasileiras apresentam diferentes modelos de organização eclesial. A distinção entre igrejas tradicionais e igrejas pentecostais é insuficiente para lidar com as variações existentes, não existindo uma conexão direta e absoluta entre essas tendências mais gerais e o modelo de organização adotado pelas igrejas. Conforme especificado no capítulo anterior, há denominações altamente verticalizadas que concentram poder em uma administração central e impõem sua agenda sobre as comunidades locais. Por outro lado, existem denominações descentralizadas que conferem autonomia a cada igreja local para decidir grande parte dos assuntos de sua congregação.

Conjuga-se a essa dimensão a porosidade de todos esses grupos ao engajamento direto de seus fiéis em suas múltiplas atividades. Em certas igrejas, os membros participam ativamente dos processos decisórios, definindo as principais questões acerca dos rumos da comunidade; em outras, diferentemente, é a administração central da denominação ou as vontades das lideranças o elemento determinante, centralizando as decisões em uma cúpula que é responsável por toda a administração do grupo.

Há, assim, duas dimensões alusivas ao modelo de organização eclesial. A primeira delas remete ao grau de autonomia das comunidades locais diante jurisdições que ocupam posições mais

elevadas na hierarquia da organização, geralmente representadas por instâncias administrativas regionais, nacionais e, em alguns casos, internacionais. A segunda se refere à dinâmica de engajamento dos fiéis nas diversas atividades desenvolvidas pelas denominações, variando conforme a permeabilidade à participação dos fiéis no âmbito de suas comunidades locais. Ambas as dimensões remetem a atributos do contexto religioso, constituindo fatores estruturais que definem o tipo de inserção dos indivíduos no grupo e a relação que se estabelece entre eles.

A primeira, por se tratar de uma característica institucional das denominações, não é mensurável a partir das práticas dos seus congregantes. Trata-se de uma característica institucional das denominações que independe dos indivíduos que as compõem, referindo-se exclusivamente à forma como elas se organizam. Nesse quesito, as diferentes igrejas poderiam ser classificadas da seguinte forma:

Quadro 01: Tipos hierárquicos das Denominações Evangélicas*

Principais Igrejas	Tipo Hierárquico
<i>Universal do Reino de Deus</i> (e outras neopentecostais)	Centralizado
<i>Assembléia de Deus</i> **, <i>Batistas</i> ***, <i>Históricas</i> (Presbiteriana, Metodista, Congregacional, Adventista)	Moderada autonomia local
<i>Renovadas</i> (Metodista Wesleyana, Maranata, Comunidade Evangélica, Batista Renovada, Igreja Evangélica), <i>Pequenas Igrejas Pentecostais</i> (Nova Vida, Casa da Bênção, Cristo Vive, dentre outras)	Descentralizado

* Essa tipologia se baseou na classificação proposta por Fernandes (1994) e adaptada por Carneio (1998).

** Inclui todas as tendências da Assembléia de Deus

*** Inclui a Convenção Batista Brasileira (CBB) e a Convenção Batista Nacional (CBN)

A dimensão especificada acima ilustra os três tipos hierárquicos encontrados entre as denominações evangélicas brasileiras. Descreve, basicamente, o grau de autonomia das igrejas locais diante instâncias superiores do corpo administrativo da denominação. As igrejas *Assembléia de Deus*, *Batista* e as outras *Históricas*, por contarem com jurisdições superiores no plano nacional, foram classificadas como apresentando *moderada autonomia local*, apesar do caráter participativo e independente de suas congregações. Foram classificadas como descentralizadas somente aquelas denominações menores, com poucos templos e corpo social reduzido, não tendo expressão no plano nacional. Como centralizada, a classificação destaca a neopentecostal *Universal do Reino de Deus*, que apresenta gestão integrada e única, o que maximiza sua capacidade gerencial e aumenta seu controle sobre as comunidades locais, garantindo uniformidade e padronização de suas atividades.

A segunda dimensão, diferentemente, pode ser observada a partir das práticas individuais. Embora ainda se refira a um fator externo que define o modo de inserção dos indivíduos nos grupos,

ela é passível de ser mensurada por meio da participação média dos evangélicos em algumas atividades específicas de suas congregações. O banco de dados *Novo Nascimento* oferece informações relativas ao engajamento individual em atividades sociais, administrativas e educacionais das igrejas, de onde se pode apurar, por aproximação, a porosidade dos grupos religiosos à participação direta de seus membros, indicando uma das características da estrutura eclesial adotada pela denominação. O *Indicador 2*, que trata dessa dimensão, foi elaborado com o objetivo de abranger atividades diversas que remetam a esses aspectos, mensurando as diferenças entre os seis grupos denominacionais considerados. A tabela 04 descreve as atividades que compõem o indicador, suas respectivas frequências para toda a população, e a pontuação de cada item que foi definida a partir da razão de chance. Em seguida, na tabela 05, são apresentados os resultados médios de engajamento institucional para cada grupo religioso considerado.

Tabela 04 – Descrição das atividades sociais, administrativas e educacionais das igrejas

<i>Escola dominical</i>	Frequência	Pontos
Na última semana	43,8%	1,34
No último mês	58,9%	1,00
<i>Serviços aos necessitados</i>		
Na última semana	19,7%	2,99
No último mês	34,8%	1,69
<i>Reunião de sociedade ou associação da Igreja</i>		
Na última semana	23,6%	2,50
No último mês	38,5%	1,53
<i>Reunião administrativa da igreja*</i>	44,6%	1,32
<i>Já votou na escolha dos líderes da igreja</i>	41,1%	1,43
<i>Tem função na igreja**</i>	35,8%	1,65

*No último ano.

**Foram consideradas as seguintes funções: Auxiliar de direção, administrativas, litúrgicas, educativas, direção e representativas.

Tabela 05 – Indicador 2 – Média da Participação Eclesial (pont. média por denominação)

Denominação	Indicador	
	Média	DP
<i>Todas</i>	4,10	3,14
<i>Assembléia de Deus</i>	4,43	3,09
<i>Batista</i>	5,38	3,12
<i>Universal</i>	2,14	2,59

<i>Históricas</i>	4,69	3,02
<i>Renovadas</i>	4,97	2,88
<i>Outras Pentecostais</i>	3,50	2,85
F	33,98	
sig.	(0,000)	

Os resultados contidos na tabela 05 demonstram existir diferenças estatisticamente significativas quanto aos níveis de engajamento dos fiéis nas atividades sociais, administrativas e educacionais de suas igrejas. Basicamente, podem ser observados três padrões, aos quais correspondem modelos distintos de estrutura eclesial. Em primeiro lugar, os grupos de denominações *Históricas* (4,69), *Renovadas* (4,97) e *Batistas* (5,38) demonstram ser mais abertos à participação institucional, constituindo, assim, um modelo mais horizontalizado de organização eclesial. Nessas instituições, multiplicam-se as funções e se compartilha com maior frequência responsabilidades entre os membros do grupo. Por oposição, os grupos das *Outras Pentecostais* (3,50) e, principalmente, da *Universal do Reino de Deus* (2,14) apresentam modelos pouco porosos ao engajamento de seus adeptos, sendo os grupos com os menores valores médios na pontuação do indicador. São, portanto, as instituições religiosas que mais centralizam funções e poder na sua cúpula dirigente. Por fim, com uma pontuação mais próxima à média geral, a *Assembléia de Deus* apresenta um nível intermediário entre os grupos observados (4,43, diante a média para toda população evangélica de 4,10). Constitui, assim, um modelo mediano quanto à absorção institucional dos fiéis em suas atividades sociais, administrativas e educacionais no âmbito de suas comunidades locais.

As duas dimensões exploradas acima, conjugadas, revelam os diferentes modelos de organização eclesial das denominações evangélicas e podem esclarecer possíveis efeitos dos grupos religiosos sobre o comportamento político de seus membros. A forma como a denominação evangélica se organiza e distribui funções é uma das dimensões relevantes que afeta sua capacidade de influência sobre as práticas políticas do grupo (KATZ & LAZARSFELD, 1965; VERBA 1962; VERBA, SCHLOZMAN & BRADY 1995). A distinção básica entre modelo horizontalizado mais participativo e modelo verticalizado não-participativo traz consideráveis vantagens analíticas e esclarece diversos efeitos relacionados ao papel das igrejas na determinação do comportamento político. É, no entanto, insuficiente para se explicar os efeitos proporcionados pelo modelo organizacional sobre o voto e o engajamento eleitoral. Os próprios resultados do estudo de Carneiro exemplificam a questão em torno desse debate: ao mesmo tempo em que é comprovada sua hipótese ao verificar um comportamento mais “cívico” de indivíduos que freqüentam denominações religiosas participativas, percebeu-se que o engajamento eleitoral, ao contrário, foi mais robusto entre fiéis de igrejas onde predominam organizações mais verticalizadas. Da mesma forma, o voto

em candidatos evangélicos é mais comum nessas denominações cujos modelos de organização é centralizado e não-participativo (CARNEIRO, 1998, p.197)

Carneiro não trouxe maiores esclarecimentos a respeito desses resultados. Ao focar sua análise apenas nos efeitos proporcionados pela socialização dos indivíduos nos diferentes tipos de estrutura organizacional das igrejas, o autor desconsiderou ao menos duas questões fundamentais: a especificidade do voto e as outras funções desempenhadas pelos grupos, particularmente a de recrutamento.

De acordo com Verba, Schlozman & Brady (1995), voto é uma ação política *sui generis* que não se confunde com outras atividades políticas. Embora seja a mais comum dentre todas as formas de participação, o voto se distingue quanto às suas propriedades e, em geral, quanto ao baixo nível de exigência. Em alguns casos, como o brasileiro, o voto ainda se diferencia das outras atividades políticas por conta de sua obrigatoriedade. A ação de votar durante uma eleição não exige, a princípio, nenhuma habilidade adicional e, por isso, associativismo e engajamento eleitoral podem ser dimensões distintas (cf. VERBA *et alli.* 1995, p.23-4).

“[...] the vote is *unique* among political acts. Generalizations that hold for voters and non-voters may not obtain of those who engage, or fail to engage, in other forms of participation. For one thing, the vote is the one participatory act for which there is mandated equality: each citizen gets on and only one. Other forms of activity, as we have seen, necessitate no such equality of inputs. [...] Moreover, for some forms of participation, when the volume of activity is multiplied, the possibility that it will be accompanied by pressure to respond is enhanced [...] Finally, the vote also differs from many kinds of activity in being a rather blunt instrument for the communication of information about the needs and preferences of citizens. In contrast to the vote, many acts are that we have labeled ‘information-rich’ [...]” (VERBA *et alli.*, 1995, p.169).

Por outro lado, as instituições religiosas não são apenas fontes para o desenvolvimento de habilidades cívicas. Verba, Schlozman e Brady demonstram que grupos religiosos também atuam como instrumentos de recrutamento para a ação política. Nesse caso, as instituições desempenham outro papel ao fomentar o engajamento através de estímulos à participação, particularmente por meio de apelos e mensagens com conteúdo político. Em seu estudo, esses autores reportam que os indivíduos são mais prováveis a receber estímulos políticos nas igrejas do que no ambiente de trabalho ou em outras organizações não políticas⁹.

⁹ O próprio estudo de Verba *et al.* (1995) revela que 34% de sua amostra reporta ser instigado, pela igreja, a votar ou a outra ação política, índice superior ao ambiente de trabalho (19%) e outras associações não políticas (9%). Outros 25% reportam receber, com frequência, informações políticas (sobre *issues*, principalmente) das lideranças religiosas (cf. VERBA, SCHLOZMAN & BRADY 1995, p. 18-19, 282-283, 331-332, 380, 519-521).

Assim, existiriam duas diferentes formas das igrejas promoverem o engajamento político: por um lado, através do fornecimento de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades específicas, particularmente nas instâncias participativas das congregações onde o indivíduo é socializado e orientado na direção de um compromisso cívico; por outro, através de incentivos diretos ao engajamento, por meio da emissão de mensagens e dicas com conteúdo político nos cultos e demais atividades da igreja. Esses dois caminhos são independentes entre si, podendo existir, inclusive, certo contraste entre eles¹⁰.

No primeiro caso, é evidente a relação entre o tipo de organização eclesial da igreja e a promoção do engajamento político, tal como demonstrado pelos autores acima. Igrejas porosas à participação dos membros na condução e gestão de suas atividades são contextos sociais favoráveis ao desenvolvimento das habilidades cívicas. No segundo caso, diferentemente, Verba, Schlozman e Brady não estabeleceram conexão entre o modelo organizacional da denominação religiosa e a existência de estímulos políticos. Essa parece ser uma importante questão para o esclarecimento dos resultados encontrados por Carneiro que apontam para a dissociação entre voto evangélico e associativismo em geral.

Ao voltar a análise para os estímulos, torna-se mais proveitoso o entendimento dos efeitos da estrutura eclesial das igrejas sobre o padrão de comunicação que se estabelece no interior dos grupos, através do qual se constituem fluxos de informações e interlocuções entre os membros. Assim, no lugar da socialização e do desenvolvimento de certas habilidades, uma abordagem que pretenda dar conta do engajamento eleitoral e do voto propriamente dito deve direcionar seu foco para os fluxos de mensagens políticas. O tipo de estrutura organizacional do grupo parece influir nesse processo ao estabelecer canais de comunicação entre os seus membros. Isto é, o modelo organizacional adotado pelas igrejas estabelece funções e normas que fixam possibilidades de transmissão e troca de informações nas suas diversas atividades, estabelecendo fluxos de alcance e efeitos variados (HARE, 1962; VERBA, 1962; MEARS, 1974). Parece, assim, que o próprio aspecto organizacional das igrejas protestantes exerce influência na capacidade que elas apresentam de difundir informações e promover o engajamento político.

Os estudos brasileiros sobre voto evangélico sugerem a existência dessa afinidade entre estímulo político e estrutura organizacional. Apesar de não tratarem da questão nesses termos, deixam a entender que a capacidade de transmissão de informação política (estímulo) é mais efetiva naquelas igrejas que contam com um modelo de organização centralizado, onde o corpo eclesial mantém certo monopólio na condução de suas atividades e na comunicação com o grupo. Seria

¹⁰ Ao avaliarem as principais tendências religiosas americanas, Verba *et alli*. identificam diferenças entre protestantes e católicos quanto às oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cívicas e a exposição a estímulos políticos. Os católicos dispõem de menos oportunidades, mas contam com maior volume de estímulo (VERBA *et. alli*. p. 379-81).

nessas igrejas que a informação política transmitida obteria maior sucesso no recrutamento dos membros em benefício de algum objetivo específico. Denominações religiosas menos hierarquizadas e mais autônomas em relação às instâncias superiores da igreja não reproduziriam com o mesmo impacto e padrão a difusão de mensagens e dicas políticas que afetam o comportamento político de seus membros. Da mesma forma, comunidades evangélicas cujo modelo se mostra mais horizontalizado, dotados de uma variedade maior de atividades e com certa distribuição de funções e responsabilidades, reduz o poder e as possibilidades de sua estrutura eclesial emitir estímulos no interior dos grupos. Portanto, a efetividade na transmissão de informação política está, hipoteticamente, relacionada ao modelo organizacional do grupo.

É o que sugerem os estudos de Machado (2006), Oro (2003) e Bohn (2004) ao demonstrarem que os grupos pentecostais emitem maior volume de informações sobre candidaturas no âmbito das igrejas e acionam mais recorrentemente seus membros para votarem em candidatos específicos. Essas denominações apresentam, de modo geral, modelo verticalizado de organização eclesial. Nesses casos, todas as atividades tendem a ser conduzidas pela cúpula das igrejas, não absorvendo seus membros nas suas instâncias administrativas e não dispondo de canais de participação em suas atividades sociais, administrativas e educacionais. Essa propriedade permite que esses grupos produzam estímulos de forma padronizada e com maior alcance. A relação entre modelo organizacional e estímulo político reside, portanto, na capacidade de massificar a informação política no âmbito das igrejas.

Hipótese 2: Quanto mais verticalizado o grupo religioso, maior a sua capacidade de difundir informações políticas e orientar a escolha eleitoral de seus membros.

Pode-se concluir, assim, que é esperado que igrejas cuja estrutura seja verticalizada, com instâncias superiores de controle e pouco porosas à participação de seus membros, disponham de maior potencial de difusão de informação política e, conseqüentemente, de maior influência social sobre as preferências políticas de seus membros. O foco da análise dos efeitos da estrutura eclesial se torna mais proveitoso se direcionado para a capacidade com que os estímulos dos grupos atingem de forma direta e massiva seus integrantes.

3.2.3. Lideranças religiosas

Muitos dos estudos sobre o voto evangélico no Brasil também ressaltam o papel das lideranças religiosas no processo de transmissão de mensagens políticas e persuasão dos membros de suas denominações. Através de materiais impressos, de programas de TV e rádio, dos cultos e de outros encontros, seriam promovidas aquelas candidaturas que se ajustam aos interesses da igreja. Nesse processo, pastores, que mantêm contato mais freqüente e direto com os fiéis,

desempenhariam função determinante. Essas conclusões se respaldam em amplas evidências e é consenso na literatura sobre o tema (BAPTISTA, 2009; BOHN, 2004). Não obstante, persistem algumas questões: o que define o papel de liderança nas instituições religiosas a ponto de torná-lo elemento importante no processo de transmissão de informação política e formação de preferências eleitorais? E em quais circunstâncias as mensagens políticas emitidas pelo líder do grupo religioso são mais persuasivas?

Um primeiro aspecto a ser ressaltado se refere à posição das lideranças na estrutura dos grupos. Via de regra, pastores, bispos e presbíteros são os principais responsáveis pela condução de um extenso conjunto de atividades religiosas. No âmbito de suas comunidades, eles ocupam um espaço organizacional estratégico e dispõem de elevado *status* em sua estrutura, assegurando um conjunto de privilégios na comunicação com os membros de seu grupo durante as reuniões que demandam sua intervenção, sobretudo nos cultos e encontros de oração. Isso é particularmente acentuado para o caso dos pastores, que são aqueles que mantêm interações face-a-face com os fiéis de forma mais recorrente e direta. Haveria, assim, certa correspondência entre a localização social estratégica na estrutura do grupo e o exercício do papel de liderança (HARE 1962; VERBA 1962; KATZ & LAZARSFELD, 1965).

Apesar de isso ser uma constante em todas as denominações, pastores podem apresentar níveis diferenciados de *centralidade* nos seus respectivos grupos. Essa dimensão está estreitamente relacionada com o modelo de organização eclesial das igrejas. Em estruturas verticalizadas, onde o corpo eclesial mantém certo monopólio na comunicação com o grupo, as lideranças ocupariam uma posição estratégica para a difusão de informação. Nessas igrejas, cultos e reuniões de oração tenderiam a se projetar como as atividades centrais da congregação, tornando mais recorrente e intensa a exposição dos pastores, o que aumentaria as suas chances de emitir estímulos ao grupo. Diferentemente, em instituições religiosas menos hierarquizadas, que contam com maior distribuição de funções e dispensam o clero para a realização de diversas atividades, a capacidade das lideranças exercerem esse papel tende a se reduzir. Nesses casos, as estruturas intermediárias da hierarquia podem atuar como fontes alternativas de transmissão e validação de informações no interior do grupo (HARE, 1962; GILBERT 1993).

Existem, assim, condições mais favoráveis para que as lideranças religiosas se tornem influentes fontes de informação, variando conforme certas características organizacionais das igrejas que indicam o quão central são os pastores para o grupo. Na formulação de Bavelas (1953), o grau de centralidade do líder de um grupo pode ser observado pelo número de canais mobilizados para que ele se comunique com o maior número possível de indivíduos. Quanto menos canais forem mobilizados para se atingir o grupo como um todo, mais central é a sua posição (BAVELAS, 1953 *apud* HARE, 1962, p.280).

Nesses termos, é possível afirmar que denominações evangélicas que contam com uma estrutura eclesial verticalizada e que, ao mesmo tempo, têm os cultos como sua principal e mais recorrente atividade, são aquelas cujas lideranças se tornam mais determinantes para o grupo. Nessas igrejas, o alcance dos estímulos se torna massivo porque pastores e outros líderes mantêm certo monopólio da comunicação institucional e ocupam espaço privilegiado na hierarquia da organização.

Hipótese 3: *Quanto maior a centralidade organizacional das lideranças, maiores as possibilidades das instituições religiosas emitirem estímulos políticos que orientem as escolhas eleitorais de seus membros.*

A posição estratégica na estrutura das igrejas é uma dimensão importante para a avaliação da capacidade das lideranças difundirem informações e influenciarem as opiniões e atitudes dos fiéis, remetendo a um aspecto formal e externo às redes de interações sociais dos grupos religiosos. Apesar dessa independência em relação às escolhas individuais, é possível projetar, por aproximação, o grau de centralidade dos líderes religiosos por meio da mensuração da exposição média dos pastores em suas congregações. O *indicador 3* (indicador de Exposição Média da Liderança) busca dar conta dessa dimensão. Essa variável foi elaborada a partir da média de cultos dominicais e de cura e libertação para cada grupo religioso. Essas duas atividades são conduzidas exclusivamente pelo corpo eclesial e, por isso, são boas medidas para se ter uma idéia do grau de exposição de suas lideranças e da indispensabilidade de sua função no rol de atividades da igreja. Para que essa variável não se confunda com o indicador de compromisso religioso (indicador 1), ela deve ser entendida apenas no nível agregado de análise.

Tabela 06 – Descrição das atividades de exposição das lideranças

<i>Culto dominical</i>	Frequência	Pontos
Na última semana	62,00%	1,3
No último mês	81,00%	1
<i>Culto de cura ou libertação</i>		
Na última semana	38,00%	2,1
No último mês	53,00%	1,52

Tabela 07 – Indicador 3 – Exposição Média da Liderança

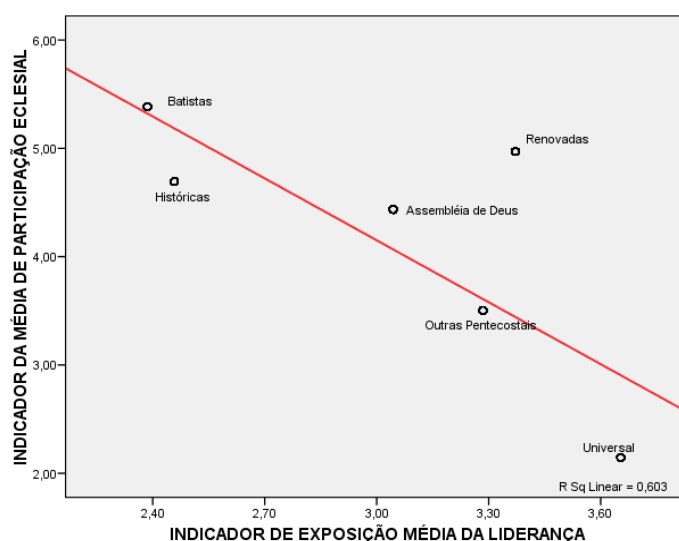
Indicador		
Denominação	Média	DP
<i>Todas</i>	2,07	1,88
<i>Assembléia de Deus</i>	2,03	1,17

<i>Batista</i>	1,49	0,91
<i>Universal</i>	2,58	1,03
<i>Históricas</i>	1,55	1,06
<i>Renovadas</i>	2,28	1,04
<i>Outras Pentecostais</i>	2,28	1,15
<i>F</i>	<i>31,775</i>	
<i>sig.</i>	<i>,000</i>	

A distribuição dos diferentes grupos evangélicos nesse indicador demonstra que a igreja *Universal do Reino de Deus* (2,58), as igrejas *Renovadas* e *Outras Pentecostais* (ambas com 2,28) são aquelas que projetam de forma mais acentuada suas lideranças no interior das congregações. Essas variações coincidem com as descrições comumente feitas pela literatura sobre o tema (ORO, 2003; CARNEIRO, 1998). Dada a hipótese assumida quanta a essa dimensão, espera-se que grupos mencionados sejam aqueles onde os efeitos do indicador são mais determinantes para a escolha políticas de seus membros.

No entanto, o indicador de centralidade não contém informações sobre a existência de canais intermediários de comunicação no interior do grupo. Seria necessário considerar também o nível médio de participação institucional agregado dos fiéis nas atividades sociais, administrativas e educacionais (*indicador 2*), que sugere a existência de meios intermitentes de comunicação entre o corpo eclesial e os membros do grupo. O cruzamento dessas duas dimensões (*Indicador 2 x Indicador 3*), apresentado no Gráfico 2, que segue, permite uma visualização mais rigorosa das diferenças quanto ao nível de centralidade das lideranças entre os seis grupos denominacionais considerados.

Gráfico 2 – Centralidade das lideranças



A distribuição das denominações pelo gráfico apresenta resultados bastante semelhantes àqueles do *indicador 3*. A reta que corta o plano revela o curso progressivo da centralidade das lideranças entre os diferentes grupos: quanto maior o nível médio de exposição das lideranças e menos participativa a estrutura eclesial da igreja, mais central se torna o líder religioso para o grupo. A combinação entre alta exposição e organização eclesial verticalizada expressa as condições mais favoráveis para a afirmação dos pastores e outros líderes do corpo eclesial nas redes de comunicação estabelecidas no âmbito das igrejas.

A igreja *Universal do Reino de Deus* é aquela cuja liderança ocupa posição mais central dentre as observadas. Nessas circunstâncias, há grande exposição dos pastores e inexistem canais intermediários de comunicação, fazendo com que seus líderes tenham amplas oportunidades para difundir informações diretamente aos fiéis. Esse modelo de organização se assemelharia ao tipo “roda”, tal como descrito no capítulo inicial dessa dissertação: todas as comunicações são dependentes do núcleo do grupo, que dispõe de amplas oportunidades de transmissão direta de informações para toda a rede, obtendo maior eficiência na difusão de estímulos e mensagens políticas.

No outro extremo, as igrejas *Batista* e outras *Tradicionais*, dotadas de uma estrutura eclesial mais participativa e uma presença menor de seus membros nos cultos, são as denominações onde as lideranças apresentam menor nível de centralidade. As igrejas *Renovadas*, por sua vez, são as únicas que se afastam do curso da reta por apresentarem, simultaneamente, estrutura eclesial horizontalizada e elevada exposição das lideranças. Possivelmente, isso se dá pelo fato dessas igrejas serem cismas avivados ou pentecostalizados de igrejas protestantes tradicionais, herdando delas o modelo de organização eclesial e intensificando a importância dos cultos no rol de atividades que desenvolve.

Todas essas variações sugerem que a posição estrutural das lideranças pode ser um importante preditor da capacidade dos grupos religiosos definirem a escolha política de seus membros, pois estabelece a direção e a intensidade do fluxo de comunicações que se constitui entre o corpo eclesial e a assembléia de membros. Essas considerações, no entanto, não esgotam todos os efeitos proporcionados pela performance das lideranças. Um segundo aspecto comumente trabalhado pela literatura brasileira sobre o voto evangélico merece ser destacado. Trata-se da *função* exercida pelos pastores no processo de persuasão política dos fiéis. Freston (1994), por exemplo, demonstra que muitos deles atuam de modo intencional e estratégico ao induzirem os fiéis a legitimarem o projeto eleitoral de suas igrejas, o que geralmente é feito através da vinculação entre fé religiosa e alguma ação política específica. Apelos e *slogans* de campanha – tal como a

clássica “irmão vota em irmão” – são a marca registrada dessa iniciativa (FRESTON 1994, p.40, 43 e 57).

Tal conexão entre atividades religiosas e objetivos políticos seria fortemente condicionada pelo prestígio das lideranças religiosas. O fator *carisma* seria a variável determinante: quanto mais se demanda por ações extraordinárias das lideranças religiosas, maior é a veneração em torno de sua figura e mais central se torna o corpo eclesial para aquele grupo (FERNANDES *et alli.*, 1998; FONSECA, 2002; NOVAES, 2002; FRESTON, 1993). Esse aspecto independe dos canais institucionais de comunicação estabelecidos pelo modelo organizacional. As restrições estruturais à comunicação, evidentemente, fixam condições que limitam as possibilidades de interação e de acesso à informação no interior das igrejas, como já demonstrado. No entanto, na relação que é mantida com os membros do grupo, o estilo adotado pela liderança pode determinar sua capacidade de persuasão, independentemente das constrictões do modelo organizacional. Se, por um lado, a centralidade da liderança é determinada por fatores estruturais, externos à dinâmica das interações sociais, por outro, o estilo de liderança se constitui no vínculo entre líderes e seguidores.

A abordagem de Verba (1962) traz alguns esclarecimentos revela2dores que permitem averiguar as especificidades dos líderes religiosos na transmissão de informação política. Ao focar sua análise nas *funções* desempenhadas pelos diferentes tipos de lideranças, o autor estabelece a distinção entre líderes *instrumentais* e líderes *socioemotivos* – ou *oficiais* e *afetivos*, na formulação de Hare (1962). Lideranças instrumentais se limitariam à realização dos objetivos estritos do grupo, num sentido mais administrativo e gerencial de suas atividades; lideranças socioemotivas, por outro lado, estão mais voltadas para a coesão interna e a satisfação afetiva, possuindo maior prestígio e capacidade de mobilização do grupo (VERBA 1962; HARE 1962).

Todas essas considerações levam a crer que a capacidade dos líderes religiosos exercerem influência sobre seus seguidores, para certos fins, variam de acordo com essas funções. As diferenças observadas pela literatura brasileira quanto ao potencial dos pastores persuadirem seus membros parece ser mais bem compreendida a partir desse enquadramento. É possível identificar uma clara diferença: nas denominações onde são requeridos certos dons extraordinários dos pastores, prevalecem lideranças socioemotivas; naquelas onde não existem atividades com carga afetiva, prevalece o tipo instrumental. Somente o tipo socioemotivo obteria sucesso ao expressar demandas normativas – como a orientação do voto – que dificilmente seriam aceitas sem o prestígio e as qualidades excepcionais que lhe são atribuídas, conforme destacam alguns estudos sobre o voto evangélico no Brasil (BAPTISTA, 2008; MACHADO, 1996).

Hipótese 4: *Quanto mais os evangélicos estão sujeitos a experiências religiosas carismáticas, maiores as possibilidades de seguirem as orientações políticas das lideranças de suas igrejas.*

Essa segunda dimensão parece ser de grande importância para a compreensão da associação que é comumente estabelecida entre pastores evangélicos carismáticos e o comportamento político dos fiéis. A partir dos dados do banco Novo Nascimento, é possível observar o quanto o tipo socioemotivo de liderança está presente nas instituições protestantes trabalhadas nesse estudo. Dentre as várias atividades conduzidas pelos pastores durante os cultos, três experiências individuais específicas demandam a presença desse tipo de líder como condutor ou motivador da ação: exorcismo ou libertação; curas espirituais e físicas; e glossolalia¹¹. O indicador de *Liderança Socioemotiva* (indicador 4), que calcula a média com que eles se submetem a experiências nessas três atividades, permite mensurar o quanto se expõe cada indivíduo a lideranças socioemotivas.

TABELA 08 – Descrição das experiências carismáticas

<i>Dons carismáticos</i>	Frequência	Pontos
<i>Glossolalia</i>	31,24%	1
<i>Cura</i>	8,31%	3,76
<i>Exorcismo ou Libertação</i>	4,72%	6,62

TABELA 09 – Indicador 4 - Pontuação média no Indicador de Liderança Socioemotiva

<i>Denominações</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>
Todas	0,31	1,04
Assembléia de Deus	0,34	1,06
Batistas	0,13	0,72
Universal	0,45	1,34
Históricas	0,13	0,55
Renovadas	0,56	1,45
Outras Pentecostais	0,30	0,95

Teste F = 4,145 Sig = ,001

A tabela 09 apresenta a pontuação média no indicador de *Liderança Socioemotiva* de cada um dos seis grupos, mais a média geral. Como era de se esperar, existe uma gradação entre as denominações, com as pentecostais obtendo os maiores escores. As igrejas *Renovadas* (0,56) e a *Universal do Reino de Deus* (0,45) apresentam os valores mais altos, constituindo os grupos onde os fiéis estão mais sujeitos aos três dons carismáticos considerados na elaboração do indicador. Seriam nesses dois grupos que pastores e outras lideranças desempenhariam a função socioemotiva de

¹¹ A glossolalia, ou dom de se falar em línguas estranhas, é uma ação individual altamente emotiva que independe da presença de pastores. No entanto, a manifestação desse dom quase sempre se dá a partir da motivação das lideranças, que criam circunstâncias mais favoráveis para a sua revelação. Por esse motivo, optou-se por mantê-la na identificação dos tipos de lideranças prevalentes nas diferentes denominações evangélicas.

forma mais evidente, reunindo as condições mais favoráveis para transmitir mensagens e estímulos que sejam determinantes para as escolhas políticas de seus seguidores. Por outro lado, as igrejas *Históricas* (0,13) e *Batistas* (0,13) contam com escores bem abaixo da média para todas as denominações (0,31). *Assembléia de Deus* (0,34) e *Outras Pentecostais* (0,30) tiveram pontuações próximas da média geral, localizando-se numa condição intermediária no indicador.

3.2.4. *Sofisticação política*

Até o momento, foram destacados diversos fatores – contextuais e individuais - capazes de estabelecer condições favoráveis para que esses grupos sejam determinantes na formação das preferências políticas de seus membros, sendo apontados os mecanismos responsáveis por fazer da religião um fator relevante. Todas essas questões alusivas ao contexto social são importantes referências para se compreender o processo de influência política dos grupos religiosos. Elas, no entanto, não esgotam todas as dimensões destacadas pela literatura brasileira sobre o voto evangélico. Alguns autores ainda ressaltam certos atributos dos eleitores como fatores que definem a amplitude dos efeitos contextuais (BOHN, 2004; PIERUCCI, 1996).

O estudo conduzido por Bohn (2004) sobre o perfil socioeconômico, as afinidades ideológicas e os determinantes do comportamento eleitoral dos evangélicos foi aquele que trouxe maiores contribuições para essa discussão. A autora refuta a tese sustentada por Pierucci (1995) de que a vulnerabilidade social de grande parte do segmento evangélico seria a razão pela qual lideranças religiosas obteriam sucesso na persuasão política dos fiéis. No lugar dessa hipótese, a autora sugere uma alternativa: o sucesso das igrejas na promoção de candidaturas específicas é consequência do baixo nível de informação e elevado desinteresse dos evangélicos por questões de natureza política. Esses fatores, quando conjugados com a grande assiduidade dos fiéis aos cultos e outras atividades religiosas, fazem das igrejas fontes potenciais para a disseminação de informação e persuasão. Seria, assim, o nível de sofisticação política dos eleitores evangélicos que definiria a capacidade de influência dos grupos religiosos (BOHN, 2004)¹².

Apesar da autora não se propor a maiores investidas teóricas a esse respeito, seu estudo destacou questões importantes para se compreender *quando* os grupos religiosos são acionados pelos indivíduos em detrimento de outras fontes relevantes de informação política. Subtendem-se, dessas considerações, que certos indivíduos se encontram mais propensos a responder aos estímulos políticos das igrejas e que os efeitos das informações transmitidas pelo grupo religioso são diferenciados, variando conforme a exposição individual a fontes alternativas e de acordo com o seu estoque de conhecimento.

¹² A autora utilizou o banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), cujos dados remetem às eleições nacionais do ano de 2002. Para a construção do indicador, Bohn utilizou itens que abordavam temáticas relacionadas à política partidária.

Essas conclusões mais gerais vão ao encontro do diagnóstico estabelecido pelos teóricos de Columbia. Em *Voting*, os autores Berelson, Lazarsfeld e McPhee demonstram que os grupos religiosos são geralmente mais efetivos na orientação da escolha eleitoral daqueles que se mostram politicamente desinteressados e pouco expostos a outras fontes de informações (BERELSON *et. alli.* 1966, p.69). A ação das lideranças religiosas nesse processo seria fundamental, pois seriam elas que transmitiriam as informações responsáveis por dar contornos finais à escolha eleitoral de um público pouco sofisticado e muito assíduo à igreja.

Há razões, assim, para se ter a sofisticação política como uma variável interveniente no processo de influência dos grupos religiosos. Espera-se que os diferentes públicos existentes no universo evangélico se comportem de modo distinto nas relações que mantêm com suas igrejas quando o assunto é política. O nível de sofisticação atuaria como um condicionante que pode potencializar a associação entre filiação religiosa e escolha eleitoral, trazendo novos elementos para se compreender os efeitos contextuais. Quanto menos conhecimento político tiver o eleitor evangélico, maior a probabilidade de ele utilizar os estímulos políticos da igreja como fonte de informação relevante para a sua tomada de decisão.

Partindo dessas considerações, assume-se a seguinte hipótese:

Hipótese 5: Quanto menor o nível de sofisticação política do eleitor evangélico, maior a probabilidade de ele acionar os grupos religiosos como fonte de informação política na definição de suas escolhas eleitorais.

Tomando como referência o banco de dados Novo Nascimento, foi construído um indicador de *Sofisticação Política (indicador 5)* para se mensurar o nível de conhecimento dos evangélicos sobre temas e assuntos políticos. O indicador foi elaborado apenas com dados sobre o domínio de informações factuais pelo indivíduo, sendo desconsideradas outras dimensões presentes nas formulações mais complexas que buscam captar, também, a capacidade de abstração e conceituação do eleitor¹³. Dessa forma, o construto utilizado nessa dissertação se apóia na formulação de Luskin (1987), que demonstrou que as medidas de sofisticação baseadas apenas na posse de informações factuais são satisfatórias para se ter uma representação das formulações mais complexas.

¹³ Para a elaboração do indicador, foram considerados apenas três itens do banco Novo Nascimento, todos remetendo ao domínio de conhecimento factual: sabe o nome do Presidente da República; sabe o nome do Governador do Estado do Rio de Janeiro; sabe o nome do Prefeito da cidade. As respostas a cada um dos itens foram trabalhadas como acerto ou erro, não existindo condição intermediária.

Tabela 10 – Descrição dos itens de conhecimento político

<i>Itens</i>	Frequência	Pontos
Sabe o nome do Presidente	69,10%	1,00
Sabe o nome do Governador	26,70%	2,59
Sabe o nome do Prefeito	42,80%	1,61

Tabela 11 – Indicador 5 - Sofisticação política (média por denominação)

	Média	DP
Todas	2,07	1,88
Assembléia de Deus	1,91	1,84
Batistas	2,44	1,90
Universal	1,60	1,76
Históricas	2,81	1,98
Renovadas	2,31	1,85
Outras Pentecostais	1,98	1,89

* Não foram inseridos nessa tabela os dados das igrejas Deus é Amor e Cong. Cristã do Brasil

Teste F = 9,206

Sig = ,000

Os resultados contidos na tabela 11 indicam o nível médio da sofisticação política para cada um dos grupos religiosos. A avaliação que se pode fazer dos escores apresentado por cada um dos grupos depende das expectativas quanto ao desempenho que se julga como muito ou pouco sofisticado. A simplicidade do construto (que incluiu apenas 3 itens de conhecimento factual) e o próprio conteúdo das questões que compõem os itens permitem concluir que o indicador de sofisticação exige muito pouco do eleitor. Apesar disso, o desempenho médio geral dos grupos religiosos foram baixos e apontam para a existência de dois conjuntos: as igrejas *Batistas* (2,44), *Históricas* (2,81) e *Renovadas* (2,31) apresentam os melhores resultados, com um nível de sofisticação política superior à media geral (2,07). Diferentemente, as igrejas *Universal do Reino de Deus* (1,60), *Assembléia de Deus* (1,91) e *Outras Pentecostais* (1,98) formam o grupo das instituições religiosas cujos fiéis têm o menor nível médio de conhecimento político. Espera-se que os efeitos da sofisticação se mostrem mais evidentes nessas últimas.

3.3. OS DETERMINANTES DO VOTO EVANGÉLICO: MODELOS E RESULTADOS

Para testar as hipóteses apresentadas ao longo da sessão anterior, utilizou-se o modelo de regressão logística binária, onde as variações da variável dependente *Voto Evangélico* (voto evangélico =1; voto em outro candidato =0) são analisadas a partir de um conjunto de fatores

explicativos. O grupo dos *Históricas* foi definido como categoria de referência e, por isso, não foi incluído diretamente no modelo¹⁴. A equação que segue representa o modelo completo¹⁵:

$$\begin{aligned} \text{Voto evangélico} = & a + b_1(\text{Assembléia de Deus}) + b_2(\text{Outras Pentec}) + b_3(\text{Batistas}) \\ & + b_4(\text{Renovadas}) + b_5(\text{Universal}) + b_6(\text{Ind. Compromisso Relig}) \\ & + b_7(\text{Ind. da Média da Partic}) + b_8(\text{Ind. Exposição Média da liderança}) \\ & + b_9(\text{Ind. de Liderança Socioemotiva}) + b_{10}(\text{Ind. de Sofisticação Política}) \end{aligned}$$

Onde:

“*Voto evangélico*” = variável binária que indica “1” se o respondente pretende votar em um candidato que seja evangélico, e “0” se o respondente pretende votar em outro candidato;

“*Assembléia de Deus*” = variável binária que indica “1” se o respondente pertence a esse grupo religioso e “0” se não;

“*Outras Pentecostais*” = variável binária que indica “1” se o respondente pertence a esse grupo religioso e “0” se não;

“*Batistas*” = variável binária que indica “1” se o respondente pertence a esse grupo religioso e “0” se não;

“*Universal*” = variável binária que indica “1” se o respondente pertence a esse grupo religioso e “0” se não;

“*Indicador de Compromisso Religioso*” = variável discreta que varia de “0” a “4,8 pontos”, e indica se a frequência com que evangélico se submete ao contexto da igreja;

“*Indicador da Média da Participação*” = variável discreta que varia de “0” a “11,23 pontos”, e indica o nível de porosidade das instituições religiosas à participação direta de seus membros em atividades sociais, administrativas e educacionais;

“*Indicador de Exposição Média da Liderança*” = variável discreta que varia entre “0” e “3,4 pontos”, e indica a exposição média das lideranças nas atividades religiosas de suas igrejas;

“*Indicador de Liderança Socioemotiva*” = variável discreta que varia entre “0” e “11,38 pontos”, e indica a exposição individual a lideranças do tipo socioemotivo;

“*Indicador de Sofisticação Política*” = variável discreta que varia entre “0” e “5,2 pontos” e indica o nível individual de conhecimento de temas e assuntos políticos.

¹⁴ Em grande parte dos indicadores trabalhos ao longo desse estudo, o grupo das igrejas *históricas* foi aquele que se mostrou com a menor tendência ao voto evangélico. Por esse motivo, foi definido com a categoria de referência do modelo de regressão. Dessa forma, os coeficientes obtidos para os outros grupos religiosos indicam como eles se diferenciam desse grupo de referência.

¹⁵ O uso da regressão logística como técnica estatística empregada nesse estudo se deve às vantagens oferecidas por esse modelo, que não requer que as variáveis estejam distribuídas normalmente e não assume os pressupostos da homocedasticidade e da multicolineariedade (GARSON, 2009). Isso é relevante para este trabalho porque os resultados dos testes apontaram para a possível existência de algum tipo de correlação entre as variáveis independentes *Indicador de Compromisso Religioso* e *Indicador de Exposição Média da Liderança* (0,299), *Indicador de Compromisso Religioso* e *Indicador da Média da Participação* (-0,232), e *Indicador de Exposição Média da Liderança* com *Indicador da Média da Participação* (-0,802).

A tabela 12, que segue abaixo, contém os resultados para os seis diferentes modelos de regressão logística binária utilizados na análise do voto evangélico, estimando a probabilidade do eleitor definir o a sua escolha eleitoral a partir de motivações religiosas. As variáveis explicativas foram inseridas em blocos, com cada um dos seis primeiros modelos representando separadamente as hipóteses trabalhadas nesse estudo. O último modelo (modelo 6) contém todas as variáveis e permite observar os efeitos específicos de cada fator explicativo, controlando-se por todas as demais variáveis¹⁶.

Tabela 12 – Modelo de Regressão Logística Binária (1)

Variável Dependente: Voto Evangélico

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Assembléia de Deus	0,201 (0,226)	0,079 (0,229)	0,226 (0,228)	- 0,226 (0,357)	-0,282 (0,367)	-0,268 (0,368)
Outras Pentecostais	0,278 (0,244)	0,133 (0,248)	0,589 (0,349)**	-0,322 (0,467)	-0,095 (0,546)	-0,095 (0,546)
Batistas	0,31 (0,243)	0,32 (0,244)	0,027 (0,324)	0,416 (0,254)***	0,127 (0,342)	0,141 (0,343)
Renovadas	0,553 (0,289)***	0,377 (0,294)	0,405 (0,31)	-0,088 (0,505)	-0,353 (0,535)	-0,344 (0,536)
Universal do Reino de Deus	1,093 (0,238)*	0,881 (0,244)*	1,856 (0,649)*	0,148 (0,665)	0,805 (0,934)	0,797 (0,934)
Indicador de Compromisso Religioso	-	0,181 (0,043)*	-	-	0,175 (0,43)*	0,176 (0,043)*
Indicador da Média de Participação Eclesial	-	-	0,324 (0,253)	-	0,331 (0,271)	0,321 (0,271)
Indicador de Exposição Média da Liderança	-	-	-	0,941 (0,639)****	0,864 (0,662)	0,868 (0,662)
Indicador de Liderança Socioemotiva	-	-	-	0,106 (0,054)**	0,088 (0,055)****	0,087 (0,055)***
Indicador de Sofisticação Política	-	-	-	-	-	0,02 (0,032)
<i>Qui-quadrado</i>	<i>35,96*</i>	<i>54,03*</i>	<i>33,7*</i>	<i>42,21*</i>	<i>60,31*</i>	<i>60,7*</i>

¹⁶ Para se observar o ajuste do modelo, foi utilizado o teste do qui-quadrado de Hosmer and Lemeshow. E para identificar o percentual de variância explicada da variável dependente pelo modelo elaborado, foi utilizado o resultado do teste de Nagelkerke's R2. Esses dois testes simulam o comportamento do R2, embora sejam menos eficientes que o R2 calculado para modelos lineares utilizando mínimos quadrados ordinários (MQO). Conforme esclarece a leitura da tabela 12, os seis diferentes modelos parecem razoáveis, já que explicam entre 37% e 62% da variância da variável dependente.

<i>Nagelkerke R²</i> ¹⁷	0,37	0,55	0,39	0,43	0,61	0,62
<i>n</i>	1332	1332	1332	1332	1332	1332

(1) A tabela mostra os Betas estimados e os erros padrões entre parênteses. Para identificar a magnitude do efeito de cada variável independente é preciso calcular o exponencial dos Betas estimados, diminuir de 1 e multiplicar por 100. Assim, é possível tratar da probabilidade de que o evento ocorra pelo controle das variáveis do modelo.

(2) #Teste de Hosmer and Lemeshow Test para ajuste do modelo ##Teste de Nagelkerke's R quadrado

(3) Não foi observada significância estatística em muitos dos coeficientes. No entanto, se prender à análise da significância estatística desvaloriza a interpretação dos coeficientes estimados. Afinal, mesmo sabendo que um coeficiente não significativo se refere a não rejeição da hipótese nula de que o coeficiente é igual a zero, isso implica também na não rejeição de tantas outras hipóteses que mostram um efeito robusto positivo.

Tabela 13 – Modelo de Regressão Logística Binária (2)

Variável Dependente: Voto Evangélico

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Assembléia de Deus	22,3%	8,3%	25,3%	-20,2%	-24,5%	-23,5%
Outras Pentecostais	32,0%	14,2%	80,2%	-27,6%	-9,0%	-9,1%
Batistas	36,4%	37,7%	2,7%	51,5%	13,5%	15,1%
Renovadas	73,8%	45,8%	50,0%	-8,4%	-29,7%	-29,1%
Universal do Reino de Deus	198,3%	141,4%	539,8%	15,9%	123,8%	121,9%
Indicador de Compromisso Religioso	-	19,8%	-	-	19,1%	19,2%
Indicador da Média de Participação Eclesial	-	-	38,2%	-	39,3%	37,8%
Indicador de Exposição Média da Liderança	-	-	-	156,3%	137,3%	138,3%
Indicador de Liderança Socioemotiva	-	-	-	11,2%	9,2%	9,1%
Indicador de Sofisticação Política	-	-	-	-	-	2,0%

O primeiro modelo tem como variáveis explicativas apenas os grupos religiosos, omitindo todos os mecanismos dos níveis agregado e individual de análise. Esse modelo reproduz, de certa forma, os estudos mais simplificados do voto evangélico que se limitam a apontar a associação entre filiação religiosa e escolha eleitoral. O que os resultados do Modelo 1 demonstram é que os cinco grupos religiosos listados (*Assembléia de Deus*, *Outras Pentecostais*, *Batistas*, *Renovadas* e *Universal*) estão positivamente associados ao voto evangélico tendo em vista o categoria de referência (*Históricas*). Em especial, chama atenção o forte efeito produzido pelo pertencimento à

¹⁷ Segundo Garson (2009), "Nagelkerke's R^2 is a modification of the Cox and Snell coefficient to assure that it can vary from 0 to 1. That is, Nagelkerke's R^2 divides Cox and Snell's R^2 by its maximum in order to achieve a measure that ranges from 0 to 1. Therefore Nagelkerke's R^2 will normally be higher than the Cox and Snell measure but will tend to run lower than the corresponding OLS R^2 . Nagelkerke's R^2 is part of SPSS output in the "Model Summary" table and is the most-reported of the pseudo R^2 estimates". Outras informações podem ser vistas em Nagelkerke (1991).

igreja *Universal do Reino de Deus*. Os membros desse grupo têm probabilidade 198% maior de votar em um candidato que seja evangélico. Além de robusto, o efeito observado é altamente significativo. Para todos os demais grupos, a associação foi positiva, mas apenas para as *Renovadas* se mostrou estatisticamente significativa. Todos esses resultados são fundamentais para a continuidade dos demais testes. Afinal, essa é a evidência necessária para que as hipóteses adicionais que tratam dos mecanismos sejam realizadas.

O Modelo 2 mantém as mesmas variáveis do modelo anterior e inclui o primeiro fator explicativo, estimando se *o compromisso religioso dos eleitores evangélicos afeta a probabilidade deles votarem conforme as orientações de suas igrejas*. Através desse teste, é possível observar se as variações quanto à imersão individual no contexto religioso é determinante para que o eleitor tenha o seu grupo como referência no momento da escolha eleitoral. Conforme esperado, a *hipótese 1* é corroborada pelos resultados e o papel interveniente dessa variável explicativa é assegurado. Além de significativo, o efeito que o nível de compromisso religioso tem sobre a probabilidade de se votar em candidato evangélico é robusto. Isto é, independentemente da filiação religiosa, o aumento de 1 ponto na escala de compromisso religioso (que varia de 0 a 4,8 pontos) eleva, em média, em 19,8% a probabilidade de que um eleitor vote em um candidato que seja evangélico. O valor é expressivo e indica o esperado teoricamente. O mais interessante, no entanto, é observar que os coeficientes das variáveis binárias que indicam a filiação religiosa dos eleitores perdem força com a inserção desse indicador no modelo, mostrando claramente que o compromisso religioso é um importante mecanismo na definição do voto evangélico. Apesar disso, os efeitos proporcionados pelo pertencimento à igreja *Universal* ainda se destacam diante dos demais grupos, mantendo-se elevado (probabilidade 141,4% maior) e estatisticamente significativo.

No Modelo 3, *Compromisso Religioso* é substituído pelo indicador da *Média de Participação Eclesial* como o fator explicativo. Pretende-se com isso testar a *hipótese 2*, que se refere ao efeito da estrutura organizacional das igrejas na difusão de informações. A expectativa é a de que *quanto mais verticalizado o grupo religioso, maior a sua capacidade de difundir informações políticas e orientar a escolha eleitoral de seus membros*. O indicador utilizado para se mensurar esses efeitos é composto pela *média* da participação individual em atividades sociais, educativas e administrativas das igrejas. Trata-se, portanto, de uma variável que é trabalhada no nível agregado de análise. Níveis médios elevados de participação eclesial indicam a existência de modelos descentralizados de organização, sugerindo a existência de estruturas intermediárias no fluxo de comunicação do grupo religioso. Por outro lado, estruturas verticalizadas inibem o engajamento em suas atividades e estabelecem redes de comunicação centradas em um núcleo que dispõe de grande capacidade de difundir estímulos de forma direta e padronizada para todo o grupo. Esses modelos centralizados seriam os mais eficientes na propagação de informações políticos.

Assim, para a confirmação da hipótese, espera-se que instituições compatíveis com os menores níveis médios de participação sejam aquelas onde o voto evangélico se mostra mais presente.

No entanto, os resultados do Modelo 3 são desfavoráveis à aceitação da *hipótese 2*. A associação entre as variáveis se deu em sentido inverso ao que era esperado, demonstrando que quanto maior a média da participação eclesial, maior a propensão ao voto evangélico. Mesmo que essa relação não tenha sido estatisticamente significativa, chama atenção o fato de que o aumento de 1 ponto na escala da *Média de Participação Eclesial* (que varia de 0 a 11,23 pontos) eleva em 38,2% a chance de um eleitor votar em um candidato a deputado que seja evangélico. Supostamente, nessas condições, igrejas mais porosas ao engajamento de seus membros - e, portanto, mais horizontalizadas - seriam aquelas que obteriam maior sucesso na difusão de informações políticas.

Esse resultado contraria a hipótese 2 que fora sustentada a partir da literatura de estudos de grupos. Possivelmente, esse se dê como consequência da forma como foi construído o indicador de estrutura organizacional. Ao utilizar a média da participação individual em determinadas atividades das igrejas como referência para a composição desse fator, elaborou-se uma medida que apenas se aproximava da dimensão que se pretendia contemplar. Diante da inexistência de melhores informações sobre a estrutura eclesial das igrejas, optou-se por esse construto. Em decorrência disso, pode-se estar medindo dimensões não planejadas. Uma, em especial, parece ter sido demonstrada pelos testes de correlação mencionados anteriormente, demonstrando existir uma relação de colinearidade entre o indicador da *Média da Participação Eclesial* e o indicador de *Compromisso Religioso*. Seja como for, o fato é que esse construto não é uma boa medida para se mensurar a dimensão sustentada pela hipótese.

Com a análise dos resultados referentes a essas duas variáveis explicativas destacadas até agora, parece ficar mais claro como os mecanismos utilizados auxiliam no entendimento dos efeitos produzidos pelos grupos religiosos sobre a escolha eleitoral de seus membros. O mais interessante, contudo, é observar que o impacto da variável *Universal do Reino de Deus* não se modificou tanto nos modelos trabalhados, mesmo na presença dos dois controles citados acima. Somente no Modelo 4 são observadas maiores mudanças no comportamento desse grupo religioso, revelando o mecanismo determinante do voto evangélico para membros da *Universal*.

No Modelo 4, foram incluídas duas novas variáveis explicativas: indicador de *Exposição Média da Liderança*, que identifica o nível de centralidade dos pastores e outros líderes religiosos para o grupo, e o indicador de *Liderança Socioemotiva*, que remete ao tipo de relação que é estabelecida entre fiéis e pastores no âmbito do contexto religioso. Com a introdução desses dois mecanismos, o valor do efeito produzido pela *Universal* é fortemente reduzido, ao mesmo tempo em que a *Exposição Média da Liderança* mantém uma associação robusta e estatisticamente significativa, sendo determinante para o esclarecimento da relação que fora observada entre os

diferentes grupos religiosos e o voto evangélico no Modelo 1. Em especial, os efeitos da inserção desses dois mecanismos foram definidores do comportamento dos grupos “pentecostalizados” (*Assembléia de Deus, Universal do Reino de Deus, Renovadas e Outras Pentecostais*), que tiveram uma variação observada maior comparativamente com os outros modelos. O indicador de *Exposição Média da Liderança* parece ser de fundamental importância nesse processo. Pode-se dizer que o aumento em 1 ponto na escala de exposição à liderança (que varia de 0 a 3,4 pontos) eleva, em média, em 156% a chance de que um eleitor escolha um candidato evangélico.

Essa dimensão é responsável pela definição dos votos não só das denominações religiosas em geral, mas, sobretudo, dos membros da igreja *Universal*. Diante desses resultados, tanto a hipótese 3 (que postula que *quanto maior a exposição das lideranças, maiores as possibilidades delas transmitirem estímulos políticos*) quanto a hipótese 4 (sustentando que *lideranças socioemocionais são mais persuasivas na transmissão de informações políticas*) foram corroboradas pelos resultados, especialmente a primeira, que se mostrou o mecanismo explicativo mais consistente até agora.

A exceção à regra se dá por conta dos *Batistas*, que foi o único grupo religioso a apresentar uma diferença não explicada pelas duas variáveis introduzidas no Modelo 4. Apesar da inserção desses mecanismos, o grupo dos *Batistas* passaram a contar com uma probabilidade maior de votar em candidatos em relação aos modelos anteriores. Parece, assim, que *liderança* não é um fator determinante para o voto evangélico nessas igrejas.

O Modelo 5 ratifica todos esses resultados apontados acima, com os escores das variáveis explicativas apresentando valores similares àqueles já verificados¹⁸. Com esse modelo, pretende-se observar o comportamento de cada um dos mecanismos explicativos mobilizados nesse estudo tendo em vista o controle de todos os demais. De acordo com os resultados, mesmo nessas condições, quando todas as variáveis intervenientes são consideradas ao mesmo tempo, o indicador de *Exposição Média de Liderança* é aquele que carrega o maior efeito substantivo. As chances de um eleitor votar em um candidato evangélico aumentam sobremaneira quando as lideranças das igrejas se tornam atores centrais no processo de comunicação com o grupo. Mesmo que de forma menos intensa, o indicador de *Compromisso Religioso* continua mantendo uma associação robusta e estatisticamente significativa com a variável dependente. Esses resultados confirmam que a dinâmica de inserção nos indivíduos nos grupos é o fator mais determinante do voto evangélico. Ao se expor às lideranças e ao contexto social da igreja como um todo, os evangélicos se submetem de

¹⁸ Foi mantido o *Indicador da Média da Participação Eclesial* nos Modelos 5 e 6 apenas por motivo de controle, embora seja reconhecido que esse construto não é um bom indicador para se mensurar a dimensão sustentada na hipótese 2.

forma mais recorrente ao fluxo de informações políticas existente e se expõe com maior frequência a processos de adequação atitudinal causada pela coerção do grupo.

Finalmente, o Modelo 6 é responsável pelo teste da hipótese que relaciona sofisticação política ao voto evangélico, controlando-se por todas as outras variáveis. Pelo resultado apresentado na tabela 12, contrariamente ao que se esperava, sofisticação não se sustenta como variável explicativa da escolha feita pelo eleitor. O coeficiente é pequeno e não é estatisticamente significativo. Nenhuma das outras variáveis explicativas esteve submetida a maiores variações por conta da introdução desse novo fator. Nessas condições, as *hipóteses 5 e 6* – que assumiam que o nível de conhecimento político dos eleitores seriam fatores intervenientes (hipótese 5) ou determinantes (hipótese 6) do voto evangélico – não foram corroboradas pelos resultados, refutando a tese de que os atributos individuais mediam a relação que é mantida entre o eleitor evangélico e as igrejas enquanto fontes de informações políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dos testes realizados nesse estudo permitem algumas conclusões gerais a respeito das “causas” do voto evangélico. Conforme já demonstrado, os estudos brasileiros têm produzido diversas evidências sobre o papel da religião na conformação das escolhas políticas de seus membros. Ao longo desse capítulo, ao ser estabelecida a conexão entre esses trabalhos e a teoria sociológica do voto, insistiu-se na idéia de que muitos desses estudos têm vacilado na identificação dos mecanismos responsáveis pela associação entre preferência eleitoral e religião. Como forma de se contornar ao menos parte dessas limitações, foi proposto um novo modelo de análise do voto evangélico, cujo objetivo foi trazer evidências que ponderem o poder explicativo dos diferentes fatores mobilizados por essa literatura.

De modo geral, o que os resultados demonstram é que dois mecanismos específicos se sobrepõem aos demais como fatores explicativos. O efeito observado mais robusto é atribuído ao indicador de *Exposição Média da Liderança*, seguido do indicador de *Compromisso Religioso*. Ambos remetem à dinâmica do fluxo de comunicações dos grupos religiosos, mas se referem a dimensões de diferentes níveis de análise. Enquanto o primeiro, de nível agregado, refere-se à posição estratégica das lideranças na rede de comunicação do grupo, o último, de nível individual, remete precisamente à frequência com que os evangélicos se sujeitam às interações sociais no contexto religioso.

Sendo esses os dois fatores mais relevantes dentre todos os trabalhados, o que os resultados desse estudo sugerem é que pouco importa a *forma* como os estímulos políticos são difundidos, mas apenas *quem* emite as mensagens e o *quanto* elas são acessadas pelos eleitores evangélicos. O fato de uma igreja contar com uma estrutura verticalizada onde o corpo eclesial mantém certo monopólio na comunicação com o grupo, somado à elevada assiduidade de seus membros aos

cultos e outras atividades religiosas, parecem definir a capacidade das diferentes denominações determinarem a extensão do voto evangélico.

Outros fatores explicativos tiveram efeitos mais modestos, sendo de menor relevância na definição do fenômeno observado. Dimensões comumente ressaltadas pela literatura parecem ocupar apenas um papel secundário nesse processo. É o caso do *carisma* das lideranças religiosas, ao qual é atribuída grande importância na persuasão dos eleitores, sendo supostamente o fator explicativo do voto evangélico dos eleitores das igrejas pentecostalizadas (BAPTISTA, 2009; MACHADO, 2006). Nos testes realizados, o comportamento do indicador de *Liderança Socioemotiva* foi tímido em relação às outras variáveis independentes que compuseram o modelo.

Da mesma forma, atributos individuais parecem não exercer maiores influências nesse processo. De acordo com os resultados observados, parece não existir qualquer razão para se supor que o fato de um eleitor ser mais ou menos sofisticado represente, em si mesmo, uma “causa” para que se tenha a igreja como fonte de informação relevante na definição do voto.

Portanto, os resultados não permitem que seja aceita a tese de que os eleitores são “reféns” dos estímulos políticos emitidos por suas igrejas como consequência de seu baixo nível de sofisticação política, tal como sustentavam alguns estudos (BOHN, 2004). Na verdade, pelos resultados, a sofisticação política dos evangélicos sequer intervém na associação que é estabelecida entre as variáveis contextuais e a escolha política. Por esse motivo, não foram aceitas as hipóteses que assumiam a idéia de que os grupos religiosos seriam mais acionados como fontes de informações pelos segmentos menos sofisticados.

Embora essas evidências apontem na direção esperada e tragam importantes questões para o debate a respeito do voto evangélico, é preciso reconhecer que existem algumas limitações empíricas no trabalho que foi realizado. Conforme já destacado, muitas das variáveis empregadas foram construídas por “aproximações”, tendo em vista a não existência de dados mais qualificados na pesquisa *Novo Nascimento*. Além disso, também é preciso reconhecer que seria desejável que houvesse um grupo de controle que identificasse a extensão dos efeitos atribuídos às igrejas evangélicas. Seja como for, não se pretende com o estudo empírico que foi realizado aqui produzir resultados definitivos. Trata-se apenas de um esforço analítico para se operacionalizar um modelo que se julga mais adequado para a avaliação do papel dos grupos na definição do comportamento eleitoral, constituindo um estudo preliminar que merece maiores aprofundamentos.